

SIMPÓSIO 83

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A IMPORTÂNCIA DAS
MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA E SUA EFETIVIDADE NO BRASIL

Eixo Temático:

4 - Direitos Humanos e Pessoas/Grupos em Situação de Vulnerabilidade;

Coordenadores:

Nome do Coordenador 1: Alexandre Sanches Cunha

Vinculação Institucional: PUC-CAMPINAS

Resumo Curricular: Advogado criminalista. Bacharel em Direito pela PUC-CAMPINAS. Bacharel em Filosofia pela UNICAMP. Especialista em Direito Penal pela PUC-CAMPINAS. Mestre em Filosofia pela UNICAMP.

Nome do Coordenador 2: Victor Augusto Estevam Valente

Vinculação Institucional: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)

Resumo Curricular: Pós-doutor e Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre e Doutor em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Possui Especialização em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra. Professor de Direito Penal e Processual Penal da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Coordenador da Especialização em Criminologia, Direito Penal e Processual Penal na mesma Instituição. Autor de livros e artigos jurídicos. Advogado e parecerista.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Este simpósio tem por objetivo promover reflexões críticas e interdisciplinares sobre a importância e a efetividade das medidas protetivas de urgência no contexto da violência doméstica ou familiar contra a mulher, tomando como referência os direitos humanos e a igualdade de gênero. Os direitos das mulheres, além de indissociáveis dos direitos humanos, se condicionam ao princípio da igualdade, que veda discriminações fundadas no sexo ou gênero. A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher estabelece que os Estados devem adotar medidas especiais para assegurar a igualdade entre homens e mulheres. Em nível doméstico, a Lei n 11.340/06 (“Lei Maria da Penha”) é em instrumento voltado à igualdade de gênero e à proteção das mulheres. Apesar desse marco normativo, persistem, no plano fático-material, entraves institucionais, sociais e culturais à



plena efetividade das medidas protetivas de urgência. Essas medidas, associadas aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, são instrumentos centrais de prevenção e proteção, incidindo seja em relação ao agressor, seja em relação à vítima. Contudo, a real finalidade dessas medidas protetivas ainda enfrenta desafios práticos e institucionais, pois, a depender da forma pela qual tais sejam aplicadas e até mesmo inobservadas, podem prejudicar a igualdade de gênero. Este simpósio pretende reunir pesquisadores e operadores do direito com o fim de discutir os limites e as potencialidades dessas medidas, contribuindo para o aprimoramento das respostas institucionais, o fortalecimento de políticas de proteção às mulheres e a efetiva promoção da igualdade gênero no Brasil.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)